**ANEXO II-A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7. º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei N.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

( ) Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 20 .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES NÃO POSSUEM CARGO OU FUNÇÃO NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(ª) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_declara, não possuir em seu quadro societário, servidor público do Estado do Espírito Santo, conforme estabelece, o inciso XIX, do artigo 221, da Lei Complementar nº 46/94 e o artigo 35, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

Declaro ainda, não estar em nenhuma situação de impedimento definida para este credenciamento.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O CONTRATADO, PESSOA FÍSICA NÃO POSSUI CARGO OU FUNÇÃO NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1. Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que sou servidor público do Estado do Espírito Santo, porém não sou servidor do Instituto de Previdência do Estado do Espirito Santo, e atuarei nesta contratação como **PESSOA FÍSICA** não atingido pelo disposto no inciso XIX do artigo 221 da Lei Complementar nº 46/94 e no artigo 35 da Constituição do Estado do Espírito Santo.1
2. Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que não sou servidor público do Estado do Espírito Santo, não atingido pelo disposto no inciso XIX do artigo 221 da Lei Complementar nº 46/94 e no artigo 35 da Constituição do Estado do Espírito Santo.2

Declaro, ainda, não estar em nenhuma situação de impedimento prevista para este credenciamento.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do profissional)

1Caso seja servidor público no Estado do Espírito Santo preencha o item ‘i’;

2Caso seja não seja servidor público do Estado do Espírito Santo preencha o item ‘ii’.

**ANEXO II-D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO CONTRATO PJ**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penalidades cabíveis, que possui conhecimento do termo de contrato de prestação de serviços, garantindo a capacidade ao atendimento das exigências concernentes à realização dos exames/procedimentos compreendidos no objeto contratual.

Vitória-ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO CONTRATO PF**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, sob as penalidades cabíveis, que possuo conhecimento do termo de contrato de prestação de serviços, garantindo a capacidade ao atendimento das exigências concernentes à realização dos exames/procedimentos compreendidos no objeto contratual.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do profissional)

**ANEXO II-F – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(ª) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme prevê o inciso IV, art. 63 e art. 116 da Lei 14.133, de 2021.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória/ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-G – MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(ª) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_declara não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória/ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO II-H - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**CREDENCIAMENTO Nº 01/2025**

Empresa/Pessoa Física: (Nome da Empresa/ Nome da Pessoa Física)

Ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo,

Prezados,

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (razão social)/Pessoa Física, inscrita no CNPJ/CPF sob o número \_\_\_\_\_\_\_, com sede à (quadra, rua, etc.) da cidade (nome da cidade, UF, CEP), neste ato representada pelo(s) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(representante legal, com qualificação completa — nome, RG e órgão expedidor, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) que a este subscreve(m), vem SOLICITAR seu credenciamento visando à contratação de prestadores de serviços de perícias médicas, pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade em atender as demandas dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Estado, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM.

Damos ciência e concordamos com as condições contidas no Edital de Credenciamento nº 01/2025 e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório respondendo pela veracidade das informações prestadas.

Declaro que responderei pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Acompanham a presente solicitação:

1.1 - Proposta Detalhada, com a indicação do valor unitário do item e do preço global, o município-polo a ser atendido e a localização do consultório (caso o município-polo seja interior).

1.2 – Declarações (Anexos II do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato (Anexo II-I do Edital).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do representante e assinatura - preencher)

**ANEXO II-I - DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| **DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO** |
| NOME: |
| CONDIÇÃO JURÍDICA DO ASSINANTE: |
| NACIONALIDADE:  | ESTADO CIVIL: |
| PROFISSÃO: |
| Nº. DE IDENTIDADE: | ORGÃO EMISSOR: |
| CPF:  |
| ENDEREÇO COMPLETO: |
| **DADOS DA EMPRESA** |
| NOME:  |
| CNPJ:  |
| ENDEREÇO COMPLETO:  |
| TEL.:  |
| BANCO: | AGÊNCIA: |
| NÚMERO DA CONTA: |
| **DADOS DO PREPOSTO** |
| NOME COMPLETO: |
| CARGO NA EMPRESA:  |
| ESTADO CIVIL: PROFISSÃO:  |

 |

**ANEXO II-J - MODELO DE DECLARAÇÃO MANDATO ELETIVO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e no Conselho Regional de Medicina sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, sob as penalidades cabíveis, que não exerço mandato eletivo no âmbito federal, estadual e municipal e não estou registrado oficialmente para candidatura de mandato eletivo.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes obrigatórias para todos os entes federativos, garantindo o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, sejam de direito público ou privado. Seu objetivo principal é proteger os direitos fundamentais à liberdade, à privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse contexto, a Administração Pública deve fornecer o tratamento adequado a todos os dados aos quais seus parceiros contratuais têm acesso.

Vitória-ES, de de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do profissional)